

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM EDUARDA ESPOSITO)  
carlosalexandre.df@dabr.com.br

## Cadeia qualificada

Mourão defende um modelo que garanta uma cadeia produtiva qualificada, além de oferecer segurança jurídica para investimentos. “Nosso compromisso deve ser com um marco regulatório que concilie desenvolvimento econômico, soberania nacional, sustentabilidade ambiental e justiça social”, disse o senador.

## “A casa caiu”

Aliados do Planalto comemoraram a decisão de Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vorcaro, de trocar de advogados e encaminhar uma delação premiada. Parlamentares como Paulo Pimenta, Rogério Correia e outros lembram, em vídeo, que Zettel doou milhões de reais para as campanhas eleitorais de Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas.

## Pecado

Afirmam, ainda, que Zettel pode trazer revelações sobre a relação entre a Igreja Batista da Lagoinha, da qual era pastor, e o presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana. Rogério Correia acusa Viana de blindar a denominação evangélica nos trabalhos da CPMI.

## Acorda, PT

Conhecido pela verve, o deputado federal André Janones (PT-MG) começou por conta própria a desferir ataques agressivos ao bolsonarismo. E não alivia nem mesmo para a esquerda. “Quem quiser continuar de braço cruzado, achando que a eleição está ganha, que continue. Eu não vou fazer isso”, diz. “O presidente Lula é favorito. Mas sabe qual é o único jeito de perder uma eleição ganha? Se a gente acreditar que ela está ganha”, avisa.

## Antidiscriminação

A educação é fundamental para que a sociedade brasileira adote um letramento antidiscriminatório — conjunto de medidas voltadas para combater o preconceito estrutural. Esse foi o consenso entre os participantes de audiência pública promovida pelo Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União (JMU).

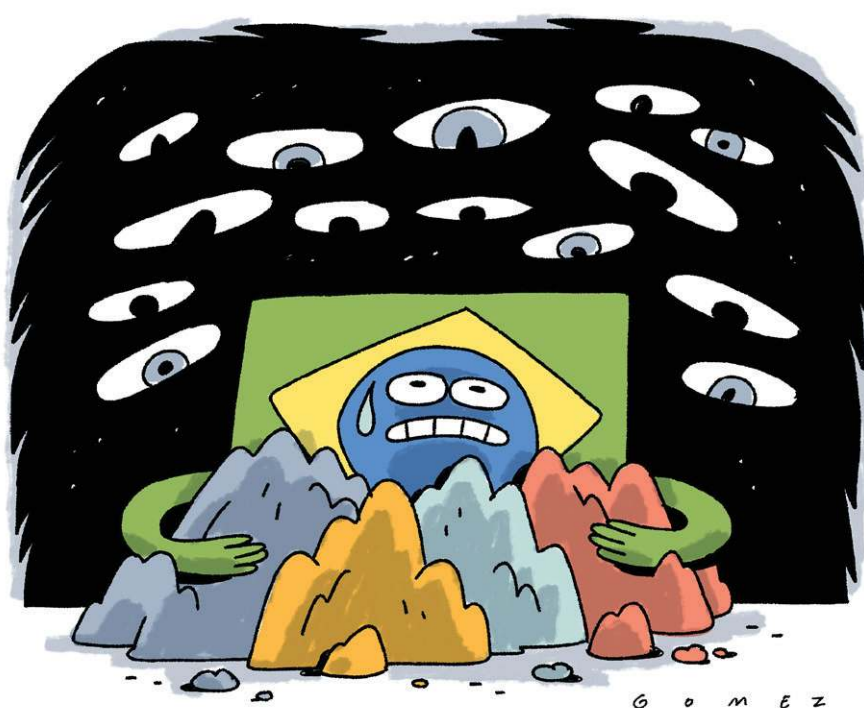
# Brasil vulnerável com terras raras

A Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal promoveu audiência pública para debater o projeto de lei 2197/2025, que regulamenta a exportação das terras raras — elementos químicos altamente valorizados na indústria de alta tecnologia. A principal motivação do debate é construir uma legislação que permita ao Brasil ir além de mero exportador de commodity e se tornar capaz de agregar valor aos minerais encontrados em solo nacional. Do contrário, pode ficar relegado a um papel secundário na economia mundial.

Os especialistas convidados ressaltaram os diversos desafios. O professor Nélio Fernando

dos Reis, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, descreveu a posição vulnerável do Brasil no contexto das terras raras. “O desafio não é geológico; é industrial. O Brasil tem reservas, mas não domina a cadeia. Exporta concentrado e importa tecnologia”, comentou.

À frente da audiência pública, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) comentou: “Seremos meros exportadores de matéria-prima, reproduzindo um modelo primário-exportador, ou protagonistas de uma nova etapa de desenvolvimento, agregando valor, tecnologia e inovação aos nossos recursos naturais?”.



## É na base

“Não basta apenas reconhecer a diversidade; é preciso educar, desde a base”, defendeu a presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministra Maria Elizabeth Rocha, na abertura do evento. Ela ressaltou a importância na formação para educadores, nos moldes já existentes em legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei Maria da Penha.

## Mais mulheres

Em relação direta com iniciativas antidiscriminatórias, o evento também marcou o lançamento da plataforma “Mais Mulheres na Política”, com apoio do STM. A ferramenta busca coletar assinaturas digitais para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que estabelece uma reserva de 50% das cadeiras nas casas legislativas para mulheres, com previsão de cotas para mulheres negras.

## Decepção

Parlamentares lamentaram o cancelamento da reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que seria realizada hoje. Os membros discutiriam um aumento da mistura do biodiesel de 15% para 16% ou 17% como forma de amenizar os impactos da alta e oscilação do preço do petróleo. Há um consenso de que hoje o etanol poderia absorver a demanda. Além disso, o aumento da mistura seguraria os preços, pois as distribuidoras operam apenas com 70% da capacidade para o biodiesel.

## Deixa para depois

O governo ainda não concluiu os estudos técnicos para a implementação da Tarifa Zero. A ideia agora é usar o projeto no plano para o próximo mandato e virar promessa de campanha. O problema maior identificado pelo Planalto é a dificuldade de fiscalizar as empresas nos municípios.

## Insistência

Contudo, a bancada do PT ainda não desistiu de aprovar a proposta este ano. O deputado Jilmar Tatto (PT-SP) pretende apresentar uma emenda do Tarifa Zero ao projeto do marco regulatório do transporte público. O texto não está pronto, Tatto pretende trabalhar nele na semana que vem.

## PODER

# Misoginia vira guerra ideológica

Aprovação de PL no Senado opõe extrema-direita aos progressistas, expõe divisão no bolsonarismo e pode respingar em Flávio

» ANA MENDONÇA  
» AMANDA S. FEITOZA  
» LETÍCIA CORRÊA\*

Apesar da aprovação no Senado com 67 votos favoráveis — incluindo os de toda a bancada do PL, como o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) —, a criminalização da misoginia transformou-se em um novo campo de disputa ideológica no Congresso. O projeto de lei que equipara a prática ao crime de racismo, agora em análise na Câmara, passou a concentrar divergências públicas entre a extrema-direita e reações contundentes de deputadas ligadas à pauta de direitos femininos. Mas não apenas isso: revelou tensões no bolsonarismo, especialmente após manifestações divergentes entre Flávio e o irmão e ex-deputado Eduardo Bolsonaro.

A manifestação evidenciou divergências dentro da extrema-direita sobre a condução de pautas de costumes e a relação com projetos considerados progressistas. Nos bastidores, interlocutores avaliam que o episódio reflete a disputa por protagonismo político no campo conservador, o que pode influenciar a atuação da bancada do PL durante a tramitação na Câmara.

Um duplo comando teria o potencial de desgastar a pré-candidatura de Flávio à Presidência. Segundo interlocutores, daria aos adversários do senador o argumento de que ele não consegue controlar os radicais do seu próprio partido — sobretudo, quando se sabe que seus pares bolsonaristas votaram a favor do PL, apesar das restrições ao texto. E mais: a divergência de rumos na votação do texto sinalizaria a setores moderados da sociedade, que têm dificuldades em apoiar o filho 01, de que os extremistas controlariam um eventual governo de Flávio.

A reação dos bolsonaristas levou deputadas da base governista a intensificar a mobilização em defesa do PL. Para a deputada Ana Pimentel (PT-MG), a criminalização representa um avanço jurídico importante, mas “ainda temos de fazer mais. Criminalizar e também fazer políticas de enfrentamento à misoginia. E a gente sabe que parte dela é feita on-line”.

## Lacuna

Para a deputada Duda Salabert (PDT-MG), a criminalização corrige uma lacuna no ordenamento jurídico ao estabelecer punição específica para o discurso de ódio contra mulheres. Segundo ela, a ausência de tipificação contribuiu para a expansão de movimentos que disseminam violência simbólica e ataques na internet. Já a deputada Dandara (PT-MG), autora de projeto semelhante em tramitação na Câmara, afirma que “quando perdemos uma mulher para a misoginia e o feminicídio, um vácuo se escancara pela falha de toda uma sociedade que hesitou em garantir a vida e a liberdade de todas nós”.

O PL 896/23 pune o ódio contra as mulheres com o mesmo rigor aplicado ao racismo, tornando tais condutas inafiançáveis e imprescritíveis. A mudança ocorre na Lei do Racismo (Lei 7.716/89), que passa a incluir a “condição de mulher” como critério para crimes de discriminação e preconceito.

A advogada e especialista em causas raciais Natália Santos explica que para entender se a ofensa faz parte da estrutura misógina, a diferença está na motivação: “Se visa inferiorizar o gênero feminino como um todo, é discriminação estrutural. Se for um xingamento pessoal sem viés de gênero, permanece como injúria comum”, explica.

Natália lembra que “a liberdade

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Flávio votou a favor do PL, mas seu irmão Eduardo criticou. Expôs que o bolsonarismo não segue rumo único

## » Vicaricídio: Lei é aprovada

O Senado aprovou, ontem, a lei que tipifica o assassinato de filhos, parentes ou dependentes para atacar a mulher como vicaricídio. O texto segue para sanção presidencial. Relatado pela senadora Margareth Buzetti (PP-MT), classifica o crime como hediondo, com penas de 20 a 40 anos de prisão e multa. A pena pode ser aumentada em um terço caso se cometido na presença de mulher, criança, adolescente, idosos, pessoas com deficiência ou em descumprimento de medida protetiva.

de expressão é um direito fundamental, mas ela não é absoluta. O Judiciário já tem um parâmetro consolidado: não protege discurso de ódio. Então, o que vai diferenciar é o contexto.

Para a criminalista Marília Brambilla, a mudança central reside na proteção da dignidade e do decoro da mulher contra o ódio direcionado especificamente à condição de gênero. Ela salienta que a intenção do agente deve ser clara: a ofensa ocorre não por um desentendimento pessoal, mas pelo simples fato de a vítima ser mulher. Marília adverte que, seguindo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) para crimes de racismo, ofensas proferidas em “tom de brincadeira” ou caráter jocoso também serão tipificadas como crime.

Já a advogada Barbara Heliodora, especialista em direito da mulher, destaca que a motivação será o divisor entre a injúria misógina e a injúria em contexto doméstico. Ela alerta para a necessidade de investigações criteriosas, apontando que critérios como “constrangimento” e “humilhação” são subjetivos e podem ser manipulados em litígios familiares.

“Esperamos é que seja aplicada de forma equilibrada: proteger vítimas reais de abusos e indivíduos de acusações infundadas. Precisamos de mecanismos que responsabilizem agressores e aqueles que fazem falsas denúncias”, propôs.

\*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

## Ex-presidente: possível alta

» WAL LIMA  
» VICTOR CORREA

Depois de 13 dias internado, Jair Bolsonaro tem previsão de receber amanhã alta hospitalar. O anúncio foi feito pelo cardiologista Brasil Caiado, que integra a equipe de médicos pessoais do ex-presidente. A liberação deve ser seguida de transferência imediata para prisão domiciliar por, ao menos, 90 dias, conforme autorizado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

“O antibiótico termina o ciclo amanhã (hoje). Nós estamos com uma programação para alta na sexta-feira”, disse Caiado. Apesar da evolução clínica considerada positiva, o cardiologista alertou que a recuperação completa da broncopneumonia — uma infecção pulmonar que afetou os dois pulmões — pode levar até seis meses.

“Estima-se uma melhora que pode acontecer em seis semanas, 12 semanas e até seis meses. Nós não sabemos como ele evoluirá”, afirmou.

Pelo entendimento da equipe médica, a transferência para o ambiente doméstico não representa redução nos cuidados. “Consideramos a prisão domiciliar humanamente mais saudável, mas, talvez, até mais intensos [os cuidados]. O ambiente domiciliar já está em preparação pela família”, afirmou.

Segundo o cardiologista, o estado emocional do ex-presidente também apresentou melhora nos últimos dias. Inicialmente abatido ao ser internado, Bolsonaro reagiu positivamente à autorização para cumprir a pena em casa. “Ele recebeu com satisfação”, relatou Caiado.